Maio/Junho 1980
Editado pela Fundação Nacional Pró Memória
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Ministério da Educação e Cultura
Brasília: Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K. CxP 04-0150

# SPHAN 6
## *pró*Memória

*Este é o nosso sexto número e com ele completamos um ano de existência. Acreditamos ser um bom momento para refletirmos, junto com nossos leitores, sobre o caminho até aqui percorrido. Muita coisa ocorreu nesses meses, a principal, talvez, aquela que nos obriga agora a trocar de nome.*

*Começamos, em junho de 1979 (nº 0), como IPHAN, e exatamente naquele momento dava-se início ao processo de fusão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com o Centro Nacional de Referência Cultural e o Programa de Cidades Históricas. O nome da publicação-IPHAN – estava assim respaldado nos 42 anos do trabalho iniciado por Rodrigo, Mário, Capanema, e levado adiante por outros nomes como Lúcio, Oscar, Drummond, Airton, Ferrão, Saia, Soeiro e tantos e tantos outros.*

*Nesses doze meses completou-se o processo de fusão das três instituições, da qual nasceram a SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional Pró-Memória. Aquela no plano normativo e esta no executivo, ambas vocacionadas para recolher a acervo de experiências acumulado pelo IPHAN, pelo CNRC e pelo PCH e assim poder executar um trabalho dinâmico, ágil, eficiente na restauração, na preservação e na revitalização dos bens culturais do país.*

*O boletim, que passa então a se chamar SPHAN-PRÓ-MEMÓRIA, busca refletir esse espírito e este trabalho. Um ano, certamente, é pouco na vida de uma publicação, mas, dos erros e acertos já acumulados é possível traçar as correções de rumos, no sentido de melhor atingir os objetivos.*

*Nós que, em nossos projetos, buscamos sempre levar em conta a efetiva participação das comunidades, não poderíamos –por coerência– deixar de ter a mesma atitude no boletim. Aqui essa participação tem se feito sentir pelas cartas, pelos pedidos de exemplares e pelo fato de que estamos sendo obrigados a aumentar a tiragem de 7 mil para 12 mil exemplares.*

*SPHAN-PRÓ-MEMÓRIA espera poder continuar contando com o interesse de seus leitores e reafirma, uma vez mais, sua proposta de servir como veículo de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, se preocupam, lutam e trabalham pela preservação do patrimônio cultural do país.*

# Petrópolis

A Comissão instituída pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) com o objetivo de estudar e propor medidas visando a preservação da cidade de Petrópolis apresentou as conclusões de seu trabalho, relacionando os procedimentos que devem ser adotados a curto e a médio prazos para se evitar a descaracterização da cidade.

Foram apresentadas, também, propostas de novos tombamentos a serem efetivados em Petrópolis, além de sugestões à Deputada Federal Lygia Lessa Bastos, que encaminhou à Câmara Federal projeto de lei propondo o tombamento total do município. No relatório final, a Comissão afirma que "o trabalho cujas conclusões são agora apresentadas, deve ser considerado como etapa de um processo de preservação da cidade de Petrópolis em suas características fundamentais, tanto do ponto de vista cultural quanto paisagístico".

Para tanto, este processo necessita continuidade; a nova etapa deverá ser, predominantemente, de ação local. Os petropolitanos empenhados na conservação de seu patrimônio poderão organizar-se em torno de um instrumento comunitário, de ação contínua, de fiscalização e preservação do desenvolvimento da cidade, que garantirá eficiência no desempenho dessa tarefa, por meio da conscientização da comunidade, a ser ampliada através de campanha sistemática de informação".

### POSIÇÃO ESPECIAL

A Comissão foi criada pela portaria nº 13, de 5 de junho de 1979, e integrada pelos arquitetos Alcides da Rocha Miranda (presidente), Eurico Calvente, Dora Alcântara e pela socióloga Ana Maria Amorim. Durante os meses em que atuou, a Comissão promoveu inúmeras reuniões com representantes da comunidade petropolitana e de órgãos municipais, federais e estaduais envolvidos na preservação e planejamento de Petrópolis.

Ao analisar o caráter peculiar da cidade, os responsáveis pelo trabalho afirmam: "Como produto de contatos e exames mais detidos, reafirmamos algumas ponderações quanto à especificidade de Petrópolis, que lhe conferem posição especialíssima no panorama das cidades brasileiras, mesmo daquelas que já têm sido consideradas monumentos nacionais".

"Petrópolis não é como as cidades do ciclo do ouro, paradas no tempo e limitadas no espaço físico. Ela vive e se renova com rapidez espantosa. Petrópolis nasce após a Independência, com outras raízes e sincretismos equilibrados por saudáveis tradições".

Depois de se referir ao início da formação da cidade, com a chegada, em 1843, dos primeiros colonos vindos da Alemanha, o relatório se detém no que representou o plano urbanístico de Petrópolis. "A cidade, aliás, surge de um dos primeiros planos indicadores da visão germânica na América do Sul. Urbanisticamente, portanto, representa uma renovação de idéias no século XIX, o que se deve a seu autor, o engenheiro Júlio Frederico Koeller".

### UM PASSO À FRENTE

Segundo o relatório, "o aspecto mais valioso da contribuição de Koeller parece residir na capacidade que ele revelou, através desse plano urbanístico, de adaptar uma forma de repartição de terras agrícolas entre colonos, ao loteamento de uma área urbana".

Ao especificar o Plano Koeller, o relatório lembra que "a disposição



Dora Alcântara

*Vilas operárias, muito a preservar*



*Ocupação das encostas, uma ameaça*

Dora Alcântara

das construções na parte baixa da cidade era uma imposição legal para conservar as encostas, recobertas de vegetação, visíveis, como elementos característicos da paisagem petropolitana. Procedimentos análogos, expressos através de um conjunto de diretrizes intrinsecamente vinculadas ao sítio natural, estabeleceram a relação desenvolvimento urbano/natureza, prevendo o aproveitamento máximo dos recursos dessa, para a rápida expansão daquele, mas sempre dentro das regras de preservação das qualidades básicas da ambiência natural".

No entanto, as diretrizes da formação original de Petrópolis só se corporificaram em documento legal cerca de 50 anos após o início de sua prática (1843/46), quando a Câmara aprovou o Código de Posturas Municipais, em 13 de março de 1893; diretrizes que ainda podem ser reconhecidas, integralmente, no século XX, na Resolução nº 26 de 1º de dezembro de 1900, documentos legais onde estão expressos os pontos fundamentais do Plano Koeller.

Entre os diversos procedimentos propostos por Koeller para preservar o equilíbrio a ser expresso pelo relacionamento das construções entre si, e destas com o cenário natural, a Comissão identificou vários deles, que considerou "um passo à frente na conquista de melhores condições higiências" ou como "claras restrições visando a preservação do meio ambiente e do equilíbrio ecológico, hoje tão caros à parcela mais sensível de nossa sociedade".

Entre os exemplos relacionados pela Comissão, está o artigo que trata "da construção ou reconstrução de edifício destinado a estabelecimentos industriais" que no prágrafo 2º determinava: "nos rios não se poderão lançar resíduos que possam prejudicar a saúde e a vida dos animais que beberem da água de taes rios".

## COMEÇA A MUDANÇA

Analisando em seus detalhes o Plano Koeller, a Comissão afirma: "Petrópolis, portanto, além de estar implantada em sítio de bela configuração natural e dotado de clima ameno e atraente, resulta de idéias inteiramente novas para o Brasil daquela época (e ainda atuais)".

No entanto, o aparecimento da febre amarela no Rio de Janeiro desloca para a serra parte considerável da população carioca. Petrópolis começa, então, a adquirir nova fisionomia, transformando-se num importante centro de decisões, com o deslocamento de grande número de funcionários do governo central para a cidade, onde o Imperador Pedro II e seus ministros passam a maior parte do ano.

Depois de se referir à indústrialização de Petrópolis, consolidada com a implantação de cinco grandes indústrias (Cia. Petropolitana, Cometa, Dona Isabel, S. Pedro de Alcântara e Werner), o relatório detém-se na análise das conseqüências dessa industrialização:

"Emerge em Petrópolis uma nova classe social, a dos operários das fábricas e suas famílias. Observamos, ao entrevistar alguns desses primeiros operários, que o aparecimento dessa classe de pessoas resultou na proleta-

rização de uma parte dos colonos e no estabelecimento de um distanciamento, ainda maior do que havia, entre colonos e a classe privilegiada. A idéia de Petrópolis ser uma cidade sem pobres, sem analfabetos, não procede. A proletarização dos colonos foi um dos fatores do amortecimento da cultura original, com o conseqüente empobrecimento que esse fato representa para a cultura local. Também nesse sentido foi lamentável o distanciamento entre as camadas sociais, que gerou o menosprezo pelos hábitos reveladores de uma tradição germânica".

## PETRÓPOLIS HOJE

Segundo o relatório, "o panorama arquitetônico que Petrópolis oferece, reflete de maneira expressiva todos esses fenômenos: pouco resta, é verdade, das primitivas habitações de colonos; o mesmo não ocorre com exemplares da arquitetura industrial, tanto as fábricas, quanto os conjuntos residenciais para operários. A presença de D. Pedro II e seus ministros é lembrada pelo Palácio Imperial e pelas construções de maior volume, para as quais foram adotadas técnicas mais apuradas, fatores responsáveis por alguns conjuntos de excepcional valor arquitetônico".

Em seguida, o relatório descreve as características da arquitetura de Petrópolis, e afirma: "No entanto, não é a arquitetura o principal elemento a caracterizar a cidade, mas a sua integração na paisagem. Numa visão de conjunto, Petrópolis, excetuando-se a parte central, onde se concentra a maior parte das construções com gabarito elevado e que tem como eixo as ruas 15 de novembro, atual Rua do Imperador, e João Pessoa, mantém, talvez, em 80 por cento de sua área, um relacionamento saudável entre as construções e o ambiente".

## UMA ADVERTÊNCIA

Ao concluir as considerações gerais, primeira parte do relatório, os autores advertem: "Fatores mais recentes somam-se, entretanto, podendo modificar esta tendência. O desenvolvimento industrial da baixada fluminense faz com que Petrópolis se torne uma opção de moradia para as populações obreiras. Loteamentos novos vão rasgando as encostas dos morros; fazendo mais incisiva a ação da erosão. Na região do vale do Palatinado e em direção ao Alto da Serra, é mais visível esta ação".

Problemas vão sendo criados por tal crescimento: a ausência de rede de esgotos faz com que sejam jogados "in natura", nos rios, a maior parte dos despejos domiciliares; a água, de recursos ainda locais, escasseia, sobretudo na estação da seca; os mananciais, prejudicados pelo desmatamento progressivo das encostas, diminuem suas descargas, agravando ainda mais o problema da falta d'água; a circulação de veículos, aumentando especialmente nas áreas de alta densidade habitacional, torna-se cada vez mais difícil, em virtude da pouca largura das faixas de rolamento das antigas ruas".

## As conclusões da Comissão

*Dentre as considerações feitas pela Comissão, produto dos estudos realizados sobre Petrópolis, ressalta como fundamental, para a manutenção do caráter peculiar da cidade:*

- *o bom relacionamento entre as edificações e a paisagem natural, premissa básica do plano Koeller;*
- *características arquitetônicas de certos conjuntos ou unidades reveladores da história local;*
- *atuação da comunidade local no conhecimento e defesa de seu patrimônio.*

*Estes aspectos fundamentais deverão ser assegurados através de:*

*Legislação que venha a garantir os valores locais, apoiando-se em alguns conceitos que emanam das considerações sobre o caráter peculiar de Petrópolis.*

*Recuperação das propostas urbanísticas originais do Plano Koeller, ainda adequadas à situação atual do 1º Distrito e que possam orientar a expansão urbana das demais áreas, dotando-as de características e qualidades, já comprovadas na anterior.*

*Preservação dos sítios que ainda revelem os caminhos originais do ciclo do ouro, que cortaram o território do munícipio, bem como as benfeitorias ou ruínas dessas, neles localizadas.*

*Preservação dos imóveis que tenham servido de residência para personalidades da história brasileira, fluminense ou municipal.*

*Preservação dos imóveis que sejam exemplo da evolução da história da arquitetura no Brasil, em especial dos períodos do Império e República Velha, fundamentais na formação urbana de Petrópolis.*

*Preservação dos imóveis que possuam elementos arquitetônicos ou construtivos exemplares para compreensão da evolução dessas atividades no Brasil.*

*Preservação dos imóveis, iniciativas e ações que revelem valores tradicionais da cultura local (ex. padaria Guarany e seus produtos).*

*Elaborar com a máxima urgência possível o detalhamento do Projeto-Lei de Regulamentação do Uso do Solo, preparado recentemente pela FUNDREM, através de seus consultores, arquitetos Marcos Mayerhoffer e Paulo M. Hungria, bem como uma revisão do Plano de Desenvolvimento Integrado (1969), a fim de proporcionar ao município um corpo de dispositivos legais que garantam eficazmente a preservação dos valores ambientais e culturais, ao mesmo tempo que assegurem o desenvolvimento e expansão harmônica das fôrças econômicas do município.*

*Na elaboração desse trabalho de detalhamento e revisão, deverá ser convocada a opinar e participar a comunidade local através de seus segmentos de representatividade, tais como, sindicatos, associações, clubes de categorias profissionais etc...*

*A SPHAN deverá estimular e apoiar todos os esforços, inclusive fornecendo dados e elementos técnicos, para que se crie, a nível municipal, um órgão de formação comunitária que venha a exercer uma ação contínua de identificação, fiscalização e preservação dos valores locais. Além de zelar pelo patrimônio, caberá a tal órgão difundir junto à população o interesse pela preservação de seus valores mais notáveis e estimular um contínuo aprofundamento dos estudos sobre Petrópolis. Esse órgão comunitário deverá estar situado na estrutura administrativa municipal, com poder de decisão sobre os projetos e expansão e renovação urbana do município.*

*Implantação do projeto "Memória Social de Petrópolis", que deverá preservar a documentação existente sobre a fase inicial da implantação da indústria na cidade.*

# Autos da Devassa ficarão no Museu da Inconfidência

"Eles não poderiam ir para nenhum outro lugar além de Ouro Preto, onde os fatos que eles relatam se passaram..."
Assim se expressou Aloísio Magalhães, Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ao anunciar, na própria cidade de Ouro Preto, o destino dos documentos sobre a Inconfidência Mineira recentemente adquiridos em um leilão em Londres.
Na realidade, conforme explicou o presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, esses documentos não têm mais valor como informação, pois já foram transcritos para o Português moderno e, inclusive, publicados no *Anuário* (vol. 1, 1952) do Museu da Inconfidência.
"Seu valor agora – disse Aloísio Magalhães – é mais iconográfico, de contemplação. Assim, não teria sentido enviá-los para o Arquivo Público Nacional, onde eles voltariam ao silêncio, permaneceriam desconhecidos de todos. Trazendo-os para o Museu da Inconfidência, daremos oportunidade a todos de conhecê-los. Com a própria comunidade ouro-pretana guardando documentos tão importantes haverá uma natural reativação do seu interesse pela preservação da própria cidade. E, diante do país, reafirmará o simbolismo e a importância de Ouro Preto."
O conjunto de documentos – que inclui originais e cópias da época, anotadas, sendo assim de inestimável valor histórico – foi adquirido no último mês de abril por cerca de um milhão de cruzeiros. A compra, que se tornou possível graças ao grande interesse despertado na comunidade brasileira, concretizou-se mediante o apoio do Ministério das Relações Exteriores e a cooperação do Banco do Brasil. O Banco, dispondo-se a antecipar o dinheiro necessário para o remate, não permitiu apenas a recuperação destes documentos. Na verdade, pôde-se experimentar na prática, pela primeira vez, a fórmula encontrada pela SPHAN-Pró-Memória para viabilizar compras de bens culturais que, ao mesmo tempo em que são imprescindíveis e urgentes, envolvem disponibilidade de recursos no exterior.
Entre os cinco lotes de documentos, o mais importante é o primeiro, intitulado "Juízo da comissão contra os réus eclesiásticos da conjuração formada em Minas Gerais". Datado de 18 de abril de 1792, com 32 páginas, contém as acusações e o julgamento do vigário Carlos Correia de Toledo, padre José da Silva de Oliveira Rolim, cônego Luiz Vieira da Silva, padre Manuel Roiz da Costa e padre José Lopes de Oliveira. Embora não seja inédito, trata-se de material do mais alto valor, pois é o único exemplar conhecido dos autos do julgamento dos religiosos implicados no movimento. Esses documentos foram retirados do Brasil e levados para Portugal por Martinho Melo de Castro, Ministro da Marinha e Ultramar, a mando de D. Maria I, que desejava que os resultados das setenças dos réus eclesiásticos fossem mantidos em segredo.
O segundo lote, "Juízo da comissão contra os réus da conjuração de Minas Gerais", com 126 folhas, contém as acusações e o julgamento dos conspiradores leigos e é datado de 23 de maio de 1792.
"Traslado da devassa do Rio de Janeiro com os seus correspondentes apensos" é o terceiro lote, com 107 folhas e contém o relatório das autoridades encarregadas das inquisições realizadas no Rio de Janeiro. Inclui 43 depoimentos individuais dos réus, entre os quais os dois primeiros interrogatórios de Joaquim José da Silva Xavier, sendo datado de 11 de maio de 1789 a 10 de março de 1791.
"Traslado da devassa de Vila Rica com seus correspondentes apensos", com 86 folhas, é o quarto lote, contendo o relatório das autoridades encarregadas dos julgamentos em Vila Rica, incluindo 16 depoimentos de testemunhas e acusados, bem como o exame cadavérico de Cláudio Manoel da Costa.
O quinto lote é constituído de três documentos adicionais: "Relação dos traslados do processo sumário feito aos réus da conjuração em Minas Gerais", de duas páginas e que constituiria a chave para alguns dos nomes e números dos depoimentos dos documentos anteriores; "Estado das famílias de alguns réus", de quatro páginas, contém pormenores sobre as famílias de alguns dos líderes do movimento, incluindo Joaquim José da Silva Xavier; e "Traslado de várias cartas", de sete folhas, contendo transcrições de cartas relativas à conspiração, uma das quais de Joaquim Silvério dos Reis.
Os cinco lotes de documentos estavam, desde o século XVIII, em poder dos condes de Galveas. Em 1977 foram oferecidos a colecionadores particulares e ao governo brasileiro, mas não despertaram maior interesse. Agora, com a transformação do IPHAN em Secretaria do MEC e a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, esta documentação sobre momento tão importante da história nacional pôde ser recuperada. Em parte, o sucesso da operação deve ser creditado a uma das características de trabalho da Fundação Pró-Memória, que é a de promover a articulação entre diferentes organismos esclarecidos para a necessidade de despertar a memória nacional, como é o caso do Banco do Brasil e do Ministério das Relações Exteriores.

Rua do Porto
Piracicaba

# Mais que um retrato na parede



Augusto Ramasco

*Na foto antiga, a lembrança de uma época ...*



Augusto Ramasco

*... da qual a Rua do Porto é um testemunho.*

Ao ser notificado de que todas as casas da rua onde morava seriam desapropriadas e demolidas para dar lugar a uma nova avenida, o pescador Eduardo Duarte Novaes, na ânsia de preservar ao menos a imagem do local onde nasceram e viveram seu avô e seu pai, lembrou-se de uma antiga fotografia que anos atrás lhe fora dada de presente e que, emoldurada, ocupava o lugar principal na parede da sala de sua casa. Desolado com a notícia da desapropriação, pegou a fotografia e pediu a um pintor amigo seu, o sargento aposentado Antônio S.F., que a reproduzisse em um quadro.

Corria o ano de 1970 e os planos da prefeitura municipal de Piracicaba, no interior de São Paulo, não eram muito diferentes de tantos outros que se faziam pelo Brasil afora. Entendia a administração municipal da época, que o melhor a ser feito com a Rua do Porto era transformá-la em uma moderna avenida de duas pistas, com canteiro central, para o que era necessário por abaixo aquelas 80 casas antigas, núcleo original de Piracicaba. As famílias desalojadas receberiam outras casas na gleba Califórnia.

Mas os planos iam além: no terreno aos fundos da Rua do Porto, onde antes era um mangue e que depois das obras de correção do Rio Piracicaba se transformara numa área muito valorizada, seriam construídos um hotel de luxo, um "shopping-center" e um kartódromo, completando-se, assim, o que era entendido como sendo a modernização definitiva de Piracicaba.

Faltou dinheiro ou faltou determinação, mas o fato é que, para alegria daquelas famílias ameaçadas de terem suas casas desapropriadas, os planos não sairam do papel. Em compensação, nada foi feito para melhorar as condições de vida dos moradores do lugar, a maioria ex-pescadores que até o final da década de 60 ainda conseguiam tirar do Rio Piracicaba o seu sustento. O fim dos peixes, causado pela poluição que se intensificou no Piracicaba nos últimos anos, forçou os chefes das famílias a procurarem outras ocupações, mas quase todos preferiram continuar morando na Rua do Porto.

## CONSCIENTIZAÇÃO

"Não se trata de preservar a miséria, mas sim de preservar a memória histórica de Piracicaba, pois nada mais lembra o nascimento da cidade, a não ser um casarão do século XVIII, a chamada Casa do Povoador. No entanto, para dar sentido ao trabalho, era preciso que os moradores se conscientizassem de que suas casas, mesmo pobres e sem grande significado arquitetônico, compunham um conjunto de grande significação, patrimônio de toda a cidade".

A afirmação é do arquiteto Eideval Bolanho, da firma Salvador A. Bolanho, contratada em maio deste ano pela prefeitura municipal de Piracicaba para elaborar e executar um projeto de preservação da Rua do Porto. Com cerca de um quilômetro de extensão, a Rua do Porto localiza-se junto à margem esquerda do Piracicaba e, segundo Eideval Bolanho, cerca de um terço das oitenta casas do lugar já está descaracterizado.

"Mesmo assim – explica Eideval – vamos trabalhar a rua inteira, fazendo um levantamento de todos os prédios e procurando harmonizar os elementos dissonantes. A idéia é possibilitar aos moradores algumas alternativas para reforma e ampliação de suas casas, através do melhor aproveitamento do espaço disponível e do uso de materiais compatíveis com a capacidade financeira do pessoal. Em alguns casos, poderão ser feitas pequenas intervenções por conta da prefeitura".

O projeto prevê, também, a recuperação dos três mais importantes prédios da Rua do Porto. O primeiro deles é a chamada Casa do Povoador, construção do século XVIII, tombada

pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). É um prédio simples, já restaurado, mas necessitando de novas reformas. No local, pensa-se instalar um Museu do Folclore.

O segundo prédio a ser totalmente recuperado é um sobrado que se localiza mais ou menos na metade da Rua, onde a prefeitura pretende instalar a sua Secretaria de Turismo. O terceiro prédio, na verdade, terá que ser totalmente construído, pois dele restam apenas duas torres, remanescentes da olaria que existia no local. Fica no fim da rua e servirá como sede da Irmandade do Divino, que é quem organiza as principais festas populares de Piracicaba.

## COMPETÊNCIA

Ao descrever as intenções do projeto, assinado em maio deste ano e com prazo de seis meses para ser executado, ao custo de 14 milhões de cruzeiros, o arquiteto Eideval Bolanho não esconde seu entusiasmo com o trabalho paralelo que vem sendo desenvolvido por uma equipe de assistentes sociais junto aos moradores da Rua do Porto.

Relembra que, na primeira reunião com as assistentes sociais, os moradores ainda se mostravam arredios, talvez por nunca terem sido consultados quanto as expectativas que tinham para com o lugar em que viviam. "Já na segunda reunião – conta Eideval – a participação era mais expressiva e os moradores exigiam que as reuniões passassem a ser feitas em um próprio municipal e não mais no bar onde vinham sendo realizadas".

O arquiteto refere-se, também, à iniciativa da prefeitura municipal de Piracicaba, que assumiu integralmente o trabalho de preservação daquele núcleo, sem contar com o auxílio de órgãos do Estado ou da União. "E, mais importante, – ressalta Eideval – é o fato de que Piracicaba, mesmo sem ser uma cidade como Ouro Preto, Olinda e outras, possui uma legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural, aprovada pela Câmara Municipal em novembro do ano passado".

## MEMÓRIA E VIDA

No entanto, para o prefeito de Piracicaba, João Herrmann Neto, a importância do trabalho não se limita, apenas, à preservação da Rua do Porto. Assessorado por sua mulher, Maria Cláudia, coordenadora do Programa de Embelezamento de Piracicaba (PEP), o prefeito fala sobre a importância da integração do projeto da Rua do Porto com a implantação do Parque nos terrenos outrora alagadiços junto ao Rio.

"É uma área de 280 mil metros quadrados – afirma o prefeito – que hoje é patrimônio de toda a cidade e não mais de um grupo de privilegiados, conforme previam os planos anteriores. Com o parque estaremos revitalizando toda aquela área, pois os moradores da Rua do Porto passarão a contar com novas opções de trabalho, decorrentes da implantação daquela área de lazer".

O prefeito defende a idéia que o tombamento por si só não se justifica, sendo necessário, na sua opinião, dar um sentido social mais amplo à tarefa de preservar o patrimônio cultural da cidade. Ele acha que a própria comunidade é quem melhor pode preservar o seu patrimônio, cabendo ao poder público facilitar os instrumentos que viabilizem essa tarefa.

Maria Cláudia Herrmann, por sua vez, ressalta o fato de que a prefeitura municipal está investindo um total de 35 milhões de cruzeiros nos projetos do parque e da Rua do Porto, recursos esses exclusivos do orçamento municipal. Explica que toda a área do parque está sendo reflorestada com espécies próprias da região, de maneira a recompor a cobertura vegetal original. Esse trabalho vem sendo feito através de convênio com o Instituto de Pesquisas Florestais e milhares de mudas de árvores já foram plantadas. No lago existente no parque a idéia é promover o peixamento intensivo para permitir a pesca como lazer, já que o Rio não mais oferece peixes.

Animada com a repercussão dos dois projetos, que segundo ela tiveram ótima receptividade, Maria Cláudia revela outros planos, como o da preservação da vila operária da indústria textil Boyes, composta de cerca de seis ruas onde existe um casario que importaria preservar.

## A legislação

O Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba (CODEPAC) foi criado pela lei municipal nº 2.374, de 8 de novembro de 1979. São objetivos do Conselho: 1) definir a política municipal de defesa do patrimônio cultural; 2) proceder a estudos para elaboração e aperfeiçoamento institucionais e legais, genéricos ou específicos para defesa do patrimônio cultural: histórico, folclórico, artístico, turístico, ambiental, ecológico e arqueológico do município; 3) coordenar, integrar e executar as atividades públicas referentes à defesa do patrimônio cultural do município.

A lei estabelece "o tombamento dos bens imóveis ou integrados em conjuntos urbanos ou rurais do município de Piracicaba, tanto de propriedade particular como pertencentes a pessoas jurídicas de direito privado, que for julgado necessário à evocação e preservação do passado histórico, como fonte turística, ambiental, ecológica ou arqueológica de Piracicaba".

Estabelece, ainda, que "no interesse da sua preservação, é também lícito o tombamento de bens móveis de autores ligados a Piracicaba, especialmente daqueles que digam respeito à sua história, folclore e arqueologia".

Entre outros itens, determina que "nas vizinhanças dos imóveis tombados, não será permitida qualquer edificação ou reforma que impeça ou reduza a sua visibilidade nem que modifique o ambiente ou a paisagem histórica ou turística do local, com diferença de estilos arquitetônicos e tudo o mais que contraste ou afronte a harmonia do conjunto, reduzindo ou eliminando o valor ou a beleza da obra protegida".

São Mateus

# São Mateus recupera seu centro histórico

*"Ah, Porto de São Mateus,*
*deixe-me adormecer em suas lendas,*
*ao Canto das Feitas embrenhando, a rua do Torresmo*
*e os Becos dos Meninos e dos Remédios;*
*suas brigas de capoeira da Angola, em chibata armada e auê de camaleão*
*seus malandros misturados com gente de bem,*
*suas moças-damas em decotes ousados*
*debruçadas nas janelas coloniais*
*e com os olhinhos miúdos pregados*
*na Curva do Matadouro*
*à espera de um moço bonito."*
Do poema **Porto das águas e das mágoas**
de Maciel Di Aguiar



Briane Bica

*O antigo centro histórico vai recuperar suas funções habitacionais.*

Em 1544, pela primeira vez, um veleiro português entrava pelo rio Cricaré, nas costas do hoje estado do Espírito Santo. Nos anos seguintes, as terras da região foram violentamente disputadas com os índios que ali viviam, no que não faltaram batalhas, mortes e até mesmo a presença de Anchieta.

Assim foram os primeiros tempos de São Mateus, de início aldeia, depois freguesia, vila e, enfim, cidade que, em seus quatrocentos e poucos anos de vida, viu surgirem e desaparecerem escravos e barões, viveu momentos de apogeu econômico, com o café, a madeira, o comércio marítimo, seguidos de crises e depressões que esvaziaram armazéns, sobrados e cais do porto.

No início do século XX um novo ciclo começava, com a madeira fazendo ressurgir o comércio marítimo. As famílias tradicionais mudavam-se para a Cidade Alta e suas antigas residências eram transformadas em luxuosos cabarés. São Mateus chegava a construir navios de médio e grande porte, até que, no fim dos anos 30, nova fase de decadência...

Dos anos 40 até exatamente 1968 os velhos sobrados e casas foram ocupados pela prostituição que, afinal, os preservou de um processo de destruição mais acelerado. Mas, naquele ano as prostitutas foram despejadas e o velho casario, abandonado, viu começar sua decomposição. Algumas casas e sobrados desabaram, o porto chegou à destruição quase total.

Em 1972 dá-se início ao processo de tombamento estadual do centro histórico de São Mateus e no final de 1979 começa o projeto de reabilitação da área do porto, com os trabalhos de escoramento dos edifícios ameaçados.

Esse projeto, que está em andamento, é fruto de convênio entre o Programa de Cidades Históricas, então pertencente à SEPLAN-PR hoje integrado à SPHAN–Pró-Memória, o ex-IPHAN, a Fundação Cultural do Espírito Santo e a Prefeitura Municipal de São Mateus.

Dentro do projeto está sendo realizado um levantamento da documentação histórica e fotográfica da área a fim de informar os projetos de restauração. A Prefeitura Municipal está desapropriando os prédios e fornecendo mão-de-obra para os trabalhos e os projetos de restauração estão sendo preparados pela Fundação Cultural, com orientação técnica da SPHAN-Pró-Memória. Ao mesmo tempo está sendo feito um projeto urbanístico da área tombada, incluindo arborização e estacionamentos.

*Casas e sobrados tiveram que ser escorados para impedir os desabamentos.*



Briane Bica

É importante destacar que os novos usos a serem dados aos 31 prédios já estão acertados: o centro histórico de São Mateus deverá recuperar sua função habitacional, transformando-se em um bairro de funcionários municipais.

Além disto, em algumas das construções serão instaladas instituições públicas que reforçarão a importância que se está dando à área e, ao mesmo tempo, beneficiarão os moradores em torno do centro histórico. Assim, ali estarão a Escola Municipal, a Câmara dos Vereadores, a Merenda Escolar, o Serviço de Turismo, o Museu do Cricaré, a Escola de Arte, a Casa da Cultura e a Lira Mateense.

Outras construções serão destinadas ao comércio, com armazém, farmácia, bar, restaurante, uma loja de artesanato e uma pousada, que servirão tanto aos moradores quanto aos turistas.

Assim, o velho sítio histórico do porto de São Mateus, "porto das águas e das mágoas" no dizer do poeta Maciel Di Aguiar, retoma sua trajetória em busca de uma situação mais condizente com seu passado centenário.

# Patrimônio ambiental urbano: um conceito

J.N.B. de Curtis

Quando a comunidade rio-grandense começa a tomar consciência de que a preservação dos valores culturais que herdou é atitude incontornável no processo de aprimoramento da qualidade de vida no seu habitat urbano, nos parece chegado o momento de ensaiar um conceito para Patrimônio Ambiental Urbano.

Etimologicamente, "Patrimônio" provém da intenção de se conceituar num termo o conjunto de bens herdado dos pais. Porém, por um processo semântico, esse conceito extrapolou da esfera individual a que exclusivamente se aplicava, para definir, hoje, até a base material de povos e nações. Dentro desta ótica, resta implícita a ideação de que o termo continua pressupondo herança.

Entretanto, ao substantivar a expressão AMBIENTAL URBANO, por imposição da necessidade de se precisar o que dentro das cidades é mais do que Patrimônio Histórico e não abrange todo o significado de Patrimônio Cultural, "Patrimônio" teve acrescido sentido abstrato a seu tradicional conceito de bens materiais.

Posto que tais bens só adquirem significância cultural quando transmitidos já consagrados pelo uso coletivo e compreendidos dentro do processo social.

A partir de uma nova definição, incorporada na "Carta de Veneza", o "monumento" teve seus valores intrínsecos, de natureza histórico-estética, vinculados à valorização dos seus entornos. De outro lado, o reconhecimento da existência dos "documentos" de natureza sócio-cultural na arquitetura das cidades ampliou, sobremaneira, o consenso de bem preservável. E nova designação se teve de buscar com o sentido de sintetizar numa expressão o quadro urbano credor de preservação decorrente de tal abrangência.

Quadro, diga-se desde logo, dinâmico, posto que a cidade como organismo vivo recria constantemente a fisionomia dos seus espaços abertos, de onde se infere que Patrimônio Ambiental Urbano nunca poderá ser um produto acabado, cujos componentes sejam passíveis de confinamento nos limites de uma listagem definitiva.

Duas premissas, Cidade e Paisagem Urbana, são indispensáveis de serem caracterizadas com vistas a balizar caminho seguro para a aproximação do que nos propomos conceituar.

A cidade, produto da interação entre um fato físico e uma instituição social, é entendida por Lewis Mumford como COMPLEXO GEOGRÁFICO, como ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA, como PROCESSO INSTITUCIONAL, como TEATRO DE AÇÃO SOCIAL, como SÍMBOLO ESTÉTICO DA UNIDADE COLETIVA. E é nesta última condição que ela se traduz como Paisagem Urbana.

Por sua vez, Paisagem Urbana se constitui no conjunto de bens imóveis, naturais ou criados, que na cidade se apresentam interados pelo movimento de pessoas e objetos. Através desse conjunto, quando manifestado pela articulação dos seus componentes e tornado suporte para evocações ao ser referenciado pela memória coletiva, nos aproximamos daquilo que deve ser preservado como Patrimônio Ambiental Urbano.

Mas, além de fato físico, caracterizado pelo conjunto de bens materiais, o Patrimônio Ambiental Urbano é, também, fato social, na medida em que, produto de sociedade específica, ele se qualifica pelo modo de produção e utilização desta mesma sociedade. Produção que poderá ser comunitária ou especulativa e utilização que se tornará democrática ou restritiva.

Exemplificando, diríamos que a Praça da Alfândega, embora recentemente agredida na sua paisagem pela intrusão de um indesejável edifício imposto pelo próprio poder público, e a Redenção, que tem resistido ao seu confinamento dentro de uma cerca, se constituem em dois ambientes urbanos extremamente valorizados pelo uso. Em contraposição, a Praça Padre Tomé, teatro de excelentes visuais sobre a Igreja das Dores, bem como o complexo da Praça XV, espaço, na área central, dos mais generosos em "monumentos" e vegetação, estão — o primeiro pelo uso restritivo que determina sua condição de área de segurança e o segundo pela inadequada função de terminal de coletivos, conjugada a um "mercado persa" — frustrados nas suas potencialidades de oferecerem à população riqueza ambiental.

O Patrimônio Ambiental Urbano não se limita nos valores isolados das edificações que o compõem, nem mesmo naqueles decorrentes do seu interrelacionamento. Não pode ser apreendido na sua integralidade se independizado da sociedade que o produziu. A inconsciência de tal premissa tem permitido a idolatria do passado e conduzido à idéia de reproduzi-lo no "autenticamente falso".

Nos grandes centros urbanos do país, tem-se buscado nossas raízes arquiteturais através da produção inconsistente e inconseqüente do "neocolonial" e a zona de colonização alemã do extremo sul já está sendo contaminada com o "neoenxaimel".

Tudo isto vem contribuindo para que o simulacro preencha o vazio do autêntico na expectativa de reconstituir ambiências já desaparecidas.

Na realidade, Patrimônio Ambiental Urbano, ao invés de produto final de um arranjo cenográfico e anacrônico, é o resultado, em determinado momento, de um processo cumulativo e/ou transformativo de bens imóveis — naturais ou criados — produzidos por diretrizes de investimentos públicos ou privados, cujas qualidades culturais e de uso, por responderem à sensibilidade das populações interessadas, incorporam-se à memória coletiva.

*J.N.B. de Curtis é arquiteto, professor e Diretor Regional da SPHAN para os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina*

BIBLIOTECA IPHAN NORONHA SANTOS

SPHAN 6
*pró*Memória

# Minas: plano para museus e casas históricas

Quando for ativado, em Ouro Preto, o auditório de 96 lugares montado no Museu da Inconfidência, equipado com sistema de som e cabina para projeção de cinema e audiovisuais, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, através da Direção de Museus e Casas Históricas em Minas Gerais, estará dando início a um programa cultural que prevê o surgimento de outros museus e casas históricas, ou o reequipamento dos já existentes, em oito cidades históricas mineiras.

Os arquivos coloniais dos séculos XVIII e XIX, considerados de grande importância para a História do Brasil e de Minas, foram agregados aos museus de Ouro Preto, Mariana, Sabará, Diamantina, Serro e São João Del Rei. Uma espécie de *memória* dessa documentação deverá ficar centralizada em Ouro Preto, para onde irão as reproduções microfilmadas dos documentos, postos assim à disposição dos pesquisadores.

O auditório do Museu da Inconfidência, instalado em prédio anexo à antiga Câmara e Cadeia de Vila Rica, sua sede atual, é parte de um complexo criado pela atual administração, com o fim de viabilizar programações especiais, de caráter informativo, didático e cultural, para fluxos diários de visitantes. Logo que ele entrar em operação, começará a ser projetado, em sessões diárias, um audiovisual, já pronto, sobre o próprio Museu da Inconfidência. Estuda-se, ainda, fazer um curta-metragem sobre Ouro Preto, destinado a fornecer aos turistas informações essenciais sobre a antiga Vila Rica.

Nesse anexo existirá uma sala para exposições temporárias, rotativas, em intercâmbio com outros museus. A "reserva do Museu" – peças estocadas e fora de exposição temporariamente – ficará num compartimento especial do anexo, em depósito que obedecerá a técnicas apuradas de conservação. E, ao lado do edifício, num pátio antes utilizado como depósito, está sendo reproduzido o jardim pagão do antigo Palácio dos Governadores de Minas Gerais – hoje Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto –, que existiu no local em que hoje funciona o Observatório Astronômico.

A modernização técnica do Museu da Inconfidência será completada com o arrolamento das fichas e classificação das peças integrantes de sua exposição. A biblioteca, com mais ou menos 3 mil volumes, será transferida para a Casa do Pilar, outro centro que a SPHAN está instalando em Ouro Preto. Esse casarão, na Rua do Pilar, será a *casa auxiliar* de toda a coordenadoria dos Museus e Casas Históricas e disporá também de centros de restauração e de pesquisas.

Já em Mariana, está em fase final de organização a Casa Setecentista – como as outras, dotada de um arquivo de cartórios coloniais. Serão destinados a ela os móveis coloniais da Casa da Baronesa, Ouro Preto, que será sede dos escritórios do convênio SPHAN – Universidade Federal de Ouro Preto – Prefeitura Municipal. A Casa de Mariana seria, assim, ao mesmo tempo, o Museu do Mobiliário Mineiro, que se projetava antes de se localizar na Casa da Baronesa.

Modernos conceitos de museologia serão aplicados em São João Del Rei, para reformular o Museu Regional, que – como o da Inconfidência – será dotado de um anexo com auditório, sala de exposições e departamento educativo.

Embora com o nome de Museu do Diamante, o Museu de Diamantina ainda é, na verdade, uma exposição de arte sacra, que será modificada, "para voltar rigorosamente à idéia original de sua criação". Pretende-se instalar na casa uma sala de lapidação e um gabinete de compradores de diamantes, tudo com equipamento original. Num trabalho conjunto com a Fundação Eschwege, da UFMG, que funciona em Diamantina, serão feitas pesquisas em remanescentes de minerações, nas quais se espera conseguir equipamento de mineração do período colonial.

Em Sabará, o Museu do Ouro, que há pouco tempo estava com apenas três salas de exposições do andar superior abertas ao público, já foi todo reativado. A coleção de jóias e barras de ouro – que constitui parte significativa do acervo desse museu do ciclo do ouro – ficará protegida em cofres coloniais adaptados e equipados com viseiras invioláveis.

E em Caeté já está em pleno funcionamento a Casa Setecentista, que resultou de convênio entre a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Prefeitura da cidade. Inaugurada no ano passado, a Casa Setecentista dispõe de dois funcionários cedidos pela municipalidade e exibe peças coloniais de importância. O próximo passo será a organização de uma sala com livros e documentos que pertenceram a Cornélio Pena.

De caráter parecido, a Casa dos Otoni, no Serro, será organizada em torno da memória histórica da família Otoni, um museu do século XIX, embora quase todos os outros museus sejam calcados no século XVIII. Já na localidade de Santa Rita Durão, Município de Mariana, o projeto prevê restabelecer o que resta do artesanato da região, montando-se um Museu de Artes e Ofícios, de cujo acervo também constarão móveis e peças coloniais.

Todo esse programa prevê, assim, o envolvimento das comunidades, primeiras beneficiárias da instalação desses centros culturais, como será o caso de Ouro Preto, onde a administração do Museu da Inconfidência, na oportunidade da instalação do auditório e equipamento de projeção, estuda um projeto a ser desenvolvido com os Diretórios Acadêmicos da Universidade Federal de Ouro Preto, para a criação de um cineclube.

# 2ª DR integra planos de Piauí, Ceará e Maranhão

O recém nomeado diretor da 2ª Diretoria Regional da SPHAN, Ivan Celso Furtado da Costa, realizou sua primeira viagem aos estados do Piaui e Ceará que, juntamente com o Maranhão, formam a área de jurisdição daquela regional. Acompanhado pelo arquiteto da SPHAN Olavo Pereira da Silva Filho, realizou contatos e visitas nas cidades de Teresina, Oeiras, Amarante e Fortaleza.

Em Teresina foi feito contato com a Secretaria de Cultura e com a Fundação Cultural, verificando-se que o estado possui um programa de ação cultural que deverá ser adensado para atender às necessidades de pesquisa e integrado aos programas do Maranhão e do Ceará.

Ainda na capital piauiense, foi feita uma visita ao prédio onde será instalado o Museu do Piauí, restaurado com recursos do Programa de Cidades Históricas e do governo estadual e cujas obras acabam de ser concluídas. Além disto, procurou-se identificar edificações isoladas ou em conjunto que sejam de interesse para preservação.

Em Oeiras realizou-se vistoria nas três obras que estão sendo restauradas com recursos do Programa de Cidades Históricas: o sobrado do Major Selemério, a igreja Nossa Senhora da Vitória – cujas obras estão em fase de conclusão – e o Palácio Episcopal. Foi feita ainda visita de reconhecimento nos sobrados do Ferraz e do Visconde da Parnaíba, que são obras incluídas nas prioridades para este ano.

Em Amarante os técnicos da SPHAN fizeram um levantamento preliminar do acervo arquitetônico da cidade, que tem expressivos conjuntos a serem preservados.



Fundação Cultural do Estado do Piauí

*Palácio Episcopal: uma das três obras de restauração em Oeiras.*

Na capital cearense foi mantido contato com a Secretaria de Cultura, para conhecimento dos planos estaduais sobre patrimônio cultural. O estado está concluindo o processo de pedido de tombamento estadual de um grande conjunto que define o perímetro da cidade no fim do século XIX e, na área cultural, está desenvolvendo um grande programa que será integrado aos planos de ação cultural da SPHAN–Pró-Memória nos três estados daquela Diretoria Regional.

# Santa Bárbara: plano de desenvolvimento urbano

A Fundação João Pinheiro apresentou à Prefeitura Municipal e à Câmara de Vereadores de Santa Bárbara, MG, o plano de desenvolvimento urbano para esta cidade e seus distritos de Catas Altas e Brumal. O plano, preparado pela Fundação, foi financiado pelo CNDU–Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e tem, por força de convênio, a SPHAN–Pró-Memória como interveniente de acompanhamento técnico.

Assim, técnicos da SPHAN–Pró-Memória foram a Santa Bárbara para a apresentação e solicitaram que o plano seja amplamente discutido na Câmara de Vereadores da cidade, no momento em que a Prefeitura Municipal submeter a ela o seu projeto de lei de uso do solo. Por sua vez, a Fundação João Pinheiro ofereceu-se para dar assessoria à Prefeitura na implantação do plano e na fiscalização de obediência à lei.

Os técnicos da SPHAN–Pró-Memória, nesta mesma viagem, realizaram inspeção nos monumentos tombados no município de Santa Bárbara, especialmente os trabalhos de restauração recentemente concluídos na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Catas Altas.

*Matriz de Catas Altas: concluídas as obras de restauração.*



Briane Bica

# SPHAN/PróMemória: a mudança sem a perda da identidade

**As profundas modificações ocorridas no sistema federal de proteção ao patrimônio cultural são analisadas nesta entrevista pelo assessor da direção geral da SPHAN, Irapoan Cavalcanti de Lyra.**

*O que se procurou obter com as transformações institucionais promovidas no sistema federal de proteção ao patrimônio cultural?*

O problema estava em dois níveis de ação: um quanto aos objetivos do IPHAN e o outro quanto aos recursos que o órgão possuia ou captava para atender a esses objetivos. Quando fizemos uma análise da correlação desses dois níveis, vimos que o desempenho do IPHAN quanto aos seus objetivos estava sendo extraordinariamente afetado pela incapacidade que o órgão tinha de obter os meios necessários para atingir esses objetivos. Mesmo que o IPHAN tivesse recursos suficientes, o que não era o caso, havia extrema dificuldade em utilizá-los. Então, a transformação buscou encontrar uma fórmula institucionalmente válida e que pudesse atender os objetivos do IPHAN, considerando a captação de recursos como subsidiária aos objetivos. Daí, examinamos todas as implicações que existiam. Dentro do quadro institucional brasileiro todas as organizações hábeis para captar recursos não podem ter dois instrumentos extraordinários, que o IPHAN possuia, que eram o poder de polícia e o foro privilegiado. Depois de várias tentativas, verificamos que não era possível termos apenas um modelo de fundação, que dentro do quadro institucional brasileiro é a organização mais livre quanto a captação e utilização de recursos. Ela é mais livre que uma autarquia, mais livre que uma empresa pública, que uma sociedade de economia mista. Por outro lado, uma fundação não poderia ter poder de polícia nem foro privilegiado. As várias tentativas de algumas fundações, no passado, de obter esses instrumentos mostraram que foram tentativas efêmeras, que dentro de pouco tempo se perderam. Então, vimos que só tínhamos uma solução que, no caso, era o aparecimento de duas instituições: uma que pudesse manter esses dois instrumentos ponderáveis que seria uma instituição da administração direta e no, nosso caso, seria a SPHAN. E do outro lado uma outra instituição que pudesse ter liberdade quanto aos recursos, que seria a Fundação Nacional Pró-Memória.

*Existiria o risco de ocorrer duplicidade de ações?*

Não. Pelo seguinte motivo: a solução seria deixarmos toda a parte operativa na FNPM. Então, nós teríamos pessoal, material e serviços na FNPM. Ora, é evidente que os objetivos começam a ser alcançados a partir do momento em que esses elementos se combinam. Então, o problema estava em se encontrar a forma para a combinação desses elementos e a forma de combinação seria que esses elementos trabalhariam através de projetos. Veja só: nós não teremos estruturas definidas na FNPM nem na Secretaria.

*Isto significa que não haverá quadros de pessoal definidos?*

Nós não teremos o departamento disso, a seção daquilo etc.; não haverá uma estrutura organizacional, o que normalmente se chama um organograma, definido para as duas instituições. Não aparecerá na Secretaria, por exemplo, uma seção de cadastramento de bens. Nem uma seção de análises de projetos. Isto seria uma estrutura definida, onde apareceriam departamentos de pessoal, material etc. Esta estrutura, dessa forma, não existirá.

*Em relação à organização existente até então, o IPHAN, isso seria uma postura totalmente nova, inédita?*

Não só em relação ao IPHAN. Isto talvez seja uma postura, não vou dizer inédita, mas bastante nova dentro do quadro geral brasileiro. Nós vamos atuar através da elaboração de projetos. A cada coisa que demande fazer, nós definiremos um projeto. Então, averiguaríamos as necessidades de material, pessoal, serviços e, no momento em que terminar o projeto, esse conjunto de pessoal, material etc., será deslocado para outro projeto. O que temos a fazer é tanto, que é possível prever, na quase totalidade, uma mobilidade de pessoal de um projeto para outro. Vamos supor que se decida cadastrar o patrimônio arquitetônico do Rio de Janeiro. Definido o projeto, decide-se a metodologia, que metas parciais ele deve atender em determinadas faixas de tempo, que volume de recurso financeiro será necessário, e qual o pessoal, quantos arquitetos, quantos engenheiros, quantos bibliotecários. Então, reúne-se todo este pessoal para cadastrar o patrimônio arquitetônico do Rio de Janeiro, por hipótese. Ao término disso, todo esse conjunto de pessoas é deslocado para outro projeto. Talvez se pudesse objetar que o pessoal ficaria desempregado ao término do projeto. A regra geral é que isto não ocorrerá, porque há tanto trabalho pela frente que dificilmente se deixará de encontrar um outro projeto onde este pessoal poderá ser empregado.

*A opção por um determinado projeto será uma competência da Secretaria e caberá à Fundação dotar esse projeto dos recursos necessários. A atuação seria desta forma?*

A Secretaria é o órgão tradicional do sistema. Se nós pensarmos no passado, a Secretaria é o órgão que foi criado há 43 anos. A Secretaria não é um órgão novo. Ela apenas está repetindo uma tradição em outro nível institucional. É o órgão que detém a maior soma de poderes do sistema. Ela só não tem os elementos operacionais. Quem determina as políticas a serem seguidas é a SPHAN. O Conselho Curador da Fundação não vai aprovar um projeto que não esteja dentro da diretriz política da SPHAN. Eu acho que é um problema de níveis de competência. A Secretaria tem um nível mais abrangente, um nível nitidamente político, enquanto a Fundação tem nível nitidamente operacional. A SPHAN terá um quadro de pessoal apenas com cargos de direção. Isto por um motivo muito claro, que é o seguinte: o exercício daquelas competências privilegiadas, tem que ser feito por pessoas que pertençam ao nível da administração direta. Não se pode pensar que um processo de tombamento seja feito pela Fundação, porque o poder do tombamento é um poder tão grave, de tamanha relevância, uma interferência tão direta na propriedade privada, que só um elemento diretamente ligado ao governo pode exercer. Só quem pode exercer esse poder do tombamento é a Secretaria.

*Quais outros órgãos que trabalham por projetos?*

Curiosamente, algumas organizações que se fizeram por projetos depois tenderam a se estruturar. Por exemplo, a ponte Rio-Niterói. Inicialmente, foi uma organização por projeto. Criou-se um projeto para construir a ponte e se agregou ali um conjunto de esforços, de pessoas, de maquinárias. Depois, se transformou numa empresa, a ECEX. Existem algumas outras experiências nesse sentido, como na Fundação Casa de Rui Barbosa, onde se trabalhou por projeto e ao mesmo tempo com uma estrutura definida. Foram atribuídos muitos poderes aos coordenadores de projetos que podiam movimentar inteiramente os recursos que estavam alocados aos projetos. Porque no Brasil há sempre uma inversão: o responsável pelo projeto não é o responsável pelos recursos. Isto dá uma inversão muito grande. Num hospital, por exemplo, o médico é responsável por uma clínica, responsável pelas vidas em risco nessa clínica. Agora, quando tem que comprar mercúrio-cromo, ele precisa de autorização superior. Teoricamente, esse sempre foi o processo brasileiro. E a inversão do processo se dá no momento em que você define um projeto e coloca à disposição do gerente desse projeto também a gerência dos recursos do projeto. Isto é muito bom, porque também nos permite avaliar melhor o desempenho do projeto. O problema é que as pessoas costumam alegar que não trabalham porque não têm recursos. Então, se você possibilitar os recursos, pode observar se a pessoa é realmente competente para realizar o trabalho.

*Esse tipo de atuação pode ser iniciado a partir de que época?*

Nós achamos que não é possível o sistema ficar esperando que todas as definições metodológicas sejam formuladas para começar a atuar. É preciso entender que o sistema tem uma obrigação para com o público, muito definida. O público espera certas atuações imediatas nossas. O patrimônio cultural do país não vai ficar esperando o sistema do patrimônio cultural estar definido. O patrimônio continua a ser afetado pelas ações predatórias, pela falta de apoio. Ora, por isso, nós estamos começando um procedimento, que foi definir alguns proje-

tos no país inteiro, num grau de precisão não apreciável, bastante baixo até, mas é o que se devia fazer no momento: começar a atuar imediatamente, admitindo que os projetos não estão muito bem formulados. Não podemos, por exemplo, deixar de lado os problemas que existem em Parati. Temos que cuidar dos problemas de Parati, imediatamente. Então, já existem projetos nesse sentido. E esses projetos estão em nossas mãos e pensamos que, no nível de definição que eles estão atualmente, já no segundo semestre deste ano começaremos com esse tipo de atuação. Não ao nível de precisão que seria desejável, mas devemos considerar o seguinte: esse nível de imprecisão talvez não afete relevantemente o trabalho, porque o IPHAN é formado por pessoas de altíssimo nível de competência. E o fato de um projeto não ficar formalmente bem elaborado não quer dizer que ele não seja bem executado.

*Sabe-se que grande parte do pessoal estatutário do IPHAN não optou pelo sistema CLT da Fundação. Isto pode significar perda do conhecimento acumulado pelo órgão nos seus 43 anos de atividades?*

O problema da opção que estamos vivendo agora não só preocupa as pessoas a nível das suas necessidades individuais, como preocupa à direção do sistema em atender essas necessidades. Devemos saber que as organizações são feitas de pessoas; não adianta ter um belíssimo modelo se as pessoas não são adequadas. No Brasil, cansa-se de fazer projetos, de se fazer planos que não são executados, porque não há pessoas suficientes para executar. O dado do recurso humano, que é o dado fundamental de qualquer organização, nem sempre é levado em conta. Então, nos preocupamos em atender essas expectativas individuais, como também nos preocupamos com o nível estratégico de tratar o problema de recursos humanos dentro da organização. O sistema anterior tinha um sem número de problemas. Nós estamos absorvendo estruturas que já existiam: a do antigo IPHAN, a do CNRC, a do PCH e um pequeno grupo que já vinha atuando, que era o Grupo da SEMOR que estava trabalhando na área de modernização do sistema. Cada um com problemas inteiramente diferentes, alguns inconciliáveis, por estarem diametralmente opostos e não se podia atuar na organização com sistemas tão díspares. Tivemos de encontrar um sistema único para a organização. Seria impossível atuar com pessoas sentadas lado a lado mas sujeitas a sistemas jurídicos inteiramente diferentes, vantagens diferentes, salários diferentes. Então tínhamos que optar por um sistema só. Mas nos chamava a atenção até que ponto o processo de unificação desse sistema não poderia nos levar a uma perda de identidade. Nós estivemos examinando a coisa a nível do CNRC, do PCH e da SEMOR e o problema não era relevante porque essas pessoas, regra geral, estavam em níveis compatíveis com o mercado de trabalho. Agora, no IPHAN é que, ao longo dos seus 43 anos, foram se acumulando coisas espantosas. Eu posso dizer, sem citar nomes, que encontrei casos como o de um arquiteto classificado mesmo como arquiteto – não é que estivesse classificado em outra função – que tinha salário inferior ao de um agente de portaria. É lógico que quando vou conversar com alguém, ele me diz que o decreto número tal, alínea Y, combinado com a lei não sei qual, é que o coloca nesta posição. E que, em determinada época, aconteceu de chegar um regimento legal que dizia isto e aquilo. Isto tudo nos mostra o alto grau de formalismo da administração pública brasileira. Deparamos com um sem número de distorções, de pessoas que têm uma classificação e exercem outra função. O IPHAN tem vários funcionários classificados como agentes de trem. E sequer temos um museu ferroviário. Fizemos uma análise prévia sobre onde estava localizada a competência do IPHAN. Quais seriam as pessoas que deteriam a grande competência do IPHAN. E verificamos que se optássemos por um processo hábil, poderíamos manter estas pessoas e corrigir as distorções que havia no passado. Tivemos também o cuidado de evitar que as pessoas que não pudessem se adaptar ao novo sistema não fossem prejudicadas. Então, fizemos um processo de opção esperando que realmente corrigisse essas distorções. Do número de opções dos funcionários federais que estavam à nossa disposição, ainda não totalmente apurado, realmente cerca de 90 por cento optaram por se manter funcionários públicos e não ingressar na Pró-Memória. Este primeiro número assusta: 90 por cento dos funcionários não optando, você fica preocupado. Será que nós não vamos perder a identidade do antigo IPHAN? Mas como nós tínhamos previsto, isso não vai acontecer. Na primeira apuração – ainda não é o resultado definitivo – um total de 144 funcionários não optou. Isto representa 90 por cento do quadro antigo de funcionários públicos do IPHAN. E revela, também, o quanto este quadro era pequeno para o Brasil inteiro. Uma coisa incrível, mas arquitetos no Brasil inteiro – e veja que o IPHAN dava uma grande prevalência ao trabalho na área de arquitetura – se não me engano, eram apenas 17. Sem contar alguns que exerciam cargos de direção, o trabalho de arquitetura era feito mesmo por número mínimo de profissionais. Isto mostra que não vai haver o impacto que algumas pessoas temem, porque o quadro era extremamente pequeno. E, se formos ver, dos 144 que não optaram por ingressar no novo sistema, 67 – portanto quase a metade – são de agentes administrativos; sendo que desses 67, 25 são da sede, quer dizer, trabalhos nitidamente da burocracia central. Além dos 67 agentes administrativos, há mais 29 agentes de portaria que não optaram, o que dá um total de quase 100 funcionários. Quer dizer, entre os 144 que não optaram, 100 pessoas, regra geral, são agentes de portaria e administrativos. Adicione-se a isto que também não optaram guardas, agentes de trem, carteiros, datilógrafos, motoristas, um técnico de contabilidade, um contador. Quer dizer, funções que não são da substância do órgão. Realmente, os elementos que não optaram e que são de grande importância para o IPHAN, são os técnicos em assuntos educacionais, que cinco não optaram, cinco no Brasil inteiro. São os técnicos em assuntos culturais, que sete não optaram; cinco arquitetos e um engenheiro que não optaram. Nas funções fundamentais do IPHAN pode-se afirmar que 18 não optaram. Mesmo dentro do pequeno quadro do IPHAN, o impacto é mínimo.

*De que maneira se promoverá a descentralização administrativa da SPHAN? Serão criadas novas diretorias regionais?*

O sistema anterior do IPHAN era uma reprodução, em outro grau, dos problemas brasileiros. Havia um alto grau de centralização no IPHAN. O diretor geral assinava documentos, como eu vi assinar, referentes a Cr$ 250,00, a serem pagos no Rio Grande do Sul. E, ainda por cima, assinava quatro vezes na mesma folha e em várias vias. Este é o processo brasileiro típico que vem desde a Colônia; a tendência a uma concentração da administração. As operações da SPHAN este ano já devem ser da ordem de dez vezes mais que as operações de anos anteriores. Ora, se operando dez vezes menos já era impossível, seria um absurdo total insistir no modelo quando ele cresce dez vezes mais. Então, uma das metas iniciais era a descentralização do sistema, que só não foi feita anteriormente pela total carência de recursos nas regionais. Coisas que o público em geral não sabe, mas a 1ª e 2ª regionais, as de Belém e de São Luís, sequer tinham diretores. A 9ª regional, no Rio Grande do Sul, tem um diretor que trabalha em casa, não por ineficiência, mas porque ele não tem sede nem funcionários. Então era impossível descentralizar, quando não se tinha recursos nas regionais. Estamos cuidando de atender estas necessidades mais urgentes para que as regionais possam operar diretamente. Agora, quanto a criação de novas regionais, nós ainda estamos pensando no assunto. É bem provável que se reative um sistema que houve no passado, bastante eficiente, que é a figura do representante. Nós também não devemos perseguir a simetria, no sentido de criar uma regional em cada estado. Depende do nível de problemas que exista em cada Estado. Depende, também, da existência de organizações estaduais e municipais hábeis para a proteção ao patrimônio regional, pois a SPHAN não deve repetir as organizações municipais e estaduais. Se já existir uma organização hábil, não há porque criar toda uma estrutura. Então, é bem provável que, numa primeira etapa, naquelas áreas relevantes, sejam nomeados representantes, e o fazer desses representantes, o crescimento dos problemas na área, é que virão indicar a necessidade de uma regional. Eu acho que é a atividade que deve nos levar a criar o órgão e não criar o órgão só por criar. O mesmo que nós estamos fazendo na administração central. A medida que as coisas forem crescendo nos Estados então vamos criar as regionais. É preciso que nós fujamos do problema de simetria: em cada Estado uma regional, cada regional repetindo a regional ao lado, não dá. O Brasil é tão diferente de região para região, que nós temos que fugir da simetria. Nós temos que respeitar muito a cultura local. Não temos que fazer uma coisa a partir do Rio ou a partir de Brasília.



Lia Motta

*Praça do Chafariz*

# Praças em Tiradentes serão reurbanizadas

Cinco praças, adros e largos localizados no núcleo histórico de Tiradentes, (MG), à exceção da principal, terão o seu agenciamento paisagístico executado pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), com recursos do convênio firmado com a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur).

O projeto final será do paisagista Roberto Burle Marx, que o executará gratuitamente, a partir de levantamentos feitos pela SPHAN. Serão beneficiados os seguintes logradouros: Praça do Chafariz; Adro da Igreja Matriz de Santo Antônio; Adro da Igreja do Rosário; Praça defronte ao Museu da Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade e Praça das Mercês. A praça principal do núcleo histórico não foi incluída por ter sido reformada recentemente.

A exemplo do que ocorre em outras cidades históricas de Minas Gerais, também em Tiradentes as praças são usadas muito mais como passagem e como espaços livres para a valorização de monumentos, do que propriamente como áreas de lazer. Nos últimos anos, no entanto, a população de Tiradentes vem reclamando um mínimo de equipamentos em suas praças, principalmente no que diz respeito ao plantio de árvores que propiciem sombra. Essa necessidade, assim como outras, revelaram-se durante o trabalho de levantamento executado pela SPHAN, a cargo da arquiteta Lia Motta.

## DUAS PARTES

No estudo que encaminhou à direção da SPHAN, a arquiteta observa que "Tiradentes já se divide em duas partes: a antiga do ciclo do ouro, e a nova, de crescimento recente. As praças em estudo estão situadas na parte antiga da cidade e são marcadas por monumentos de grande destaque dentro do conjunto urbano".

Depois de analisar a situação atual dos monumentos de destaque localizados nas praças a serem agenciadas – todos já com trabalhos de restauração concluídos ou encaminhados – o estudo se detém em outros monumentos públicos existentes em torno das praças, como o prédio onde está instalada a Cadeia e a casa onde funcionava o Grupo Escolar, e aponta a necessidade de trabalhos de restauro.

Refere-se, ainda, às propriedades privadas, definindo-as como sendo "o problema mais difícil para quem pretenda um plano de restauração e/ou revitalização da cidade. As casas, quase sempre mal conservadas, ou as ruínas e lotes vagos, no interior do centro histórico, estão, na maioria, em inventário ou em difícil situação jurídica".

Quando este problema é superado, o prédio, muito valorizado, é vendido para veranistas e seus antigos ocupantes se deslocam para a periferia da cidade. Outras vezes, as casas ficam em estado de abandono devido aos altos custos de restauração, incompatíveis com os rendimentos dos ocupantes ou com o interesse dos proprietários. Na praça principal, na rua da praia e entrada da cidade, residências, restaurantes e lojas – sendo em alguns casos de herdeiros de casas antigas - estão instalados em construções novas, às vezes *pastiches* do colonial, mandadas construir especialmente para aquele fim.

O estudo alerta para a necessidade de se criar mecanismos capazes

de solucionar os problemas jurídicos, além de sugerir a adoção de incentivos aos trabalhos de reconversão e reutilização do casario antigo, "bem como uma campanha de esclarecimento da população com vistas à sua participação nesses trabalhos".

Ao analisar o mobiliário urbano de Tiradentes, o estudo afirma que ele é "bastante precário": "Encontramos apenas bancos de concreto na praça principal e blocos de pedras, comuns na região, oportunamente colocados pela prefeitura para servirem de bancos, no jardim vizinho à Praça das Mercês. Os postes da cidade, até há bem pouco tempo eram de madeira, foram substituídos por outros de concreto, sem muito apuro no desenho ou preocupação com suas dimensões, o que interfere na paisagem e, muitas vezes, diretamente na visibilidade dos monumentos".

## AS PRAÇAS

A praça defronte à Igreja das Mercês situa-se à direita da entrada principal do núcleo histórico de Tiradentes e serve como um dos espaços de transição entre este e a parte nova da cidade. É o caminho para se chegar ao morro de São Francisco e aos loteamentos novos. Além desta circulação, principalmente de pedestres e ciclistas, a praça é muito utilizada por crianças e, anualmente, ali se realiza a festa das Mercês, com procissão e barraquinhas, atividade muito valorizada pela população. De acordo com o levantamento, são muitos os pedidos de espaços com sombra. O sol forte de todo ano e a carência de equipamentos impedem e desmotivam a permanência prolongada das pessoas na praça.

O adro do Rosário tem forma retangular e abriga a pequena igreja de mesmo nome, recuada em relação à Rua Direita. Além da igreja existem no local outros prédios diretamente ligados à vida da cidade, como a Cadeia e a casa térrea onde funciona o Projeto Tiradentes, que, entre outras atividades, desenvolve trabalhos com grande número de crianças, utilizando o Largo do Rosário para brincadeiras e recreação. O levantamento revelou que o problema mais sério para a preservação desse adro é a existência de um grande terreno vago, murado com placas de cimento em péssimo estado de conservação.

Já o adro da Matriz funciona apenas como moldura de um dos mais importantes monumentos religiosos mineiros e está situado em local de maior destaque dentro do sítio urbano paisagístico da cidade, no topo da Rua Getúlio Vargas. Além da visitação de turistas e de eventuais concertos, as principais atividades nesse adro são de caráter religioso. De maneira geral, pisos e vegetação estão em péssimo estado, provavelmente devido às obras de restauração da Igreja. O estudo recomenda que se procure neutralizar a presença do cemitério existente no pátio, delimitando, também, sua área de expansão.

De acordo com o estudo, "a restauração do chafariz e o agenciamento paisagístico da sua praça, estão diretamente ligados, na medida em que as atividades de um estão condicionadas ao funcionamento do outro". A principal reclamação é quanto ao abastecimento d'água, principalmente pelas lavadeiras que se utilizam do local. A falta de sombra também é motivo de reclamação. Outro problema apontado é o terreno vago defronte ao chafariz e as construções novas que estão surgindo em torno, "problema que, igual aos outros largos e praças, terão que ter solução através de legislação de uso do solo".

O largo defronte ao Museu, antigamente denominado Largo do Sol, tem topografia e situação privilegiada. É o local onde os turistas se detém por alguns instantes quando caminhando pela cidade. O largo não é cercado pelo casario tradicional, o que lhe confere um aspecto muito diferente de qualquer outro largo das cidades mineiras. É definido por muros, que ladeiam quintais das casas da Rua Direita e por construções soltas das laterais dos lotes que se destacam no conjunto urbano.

*Adro do Rosário*



Lia Motta

## APPANDE FAZ FESTA E ASSINA CONVÊNIO

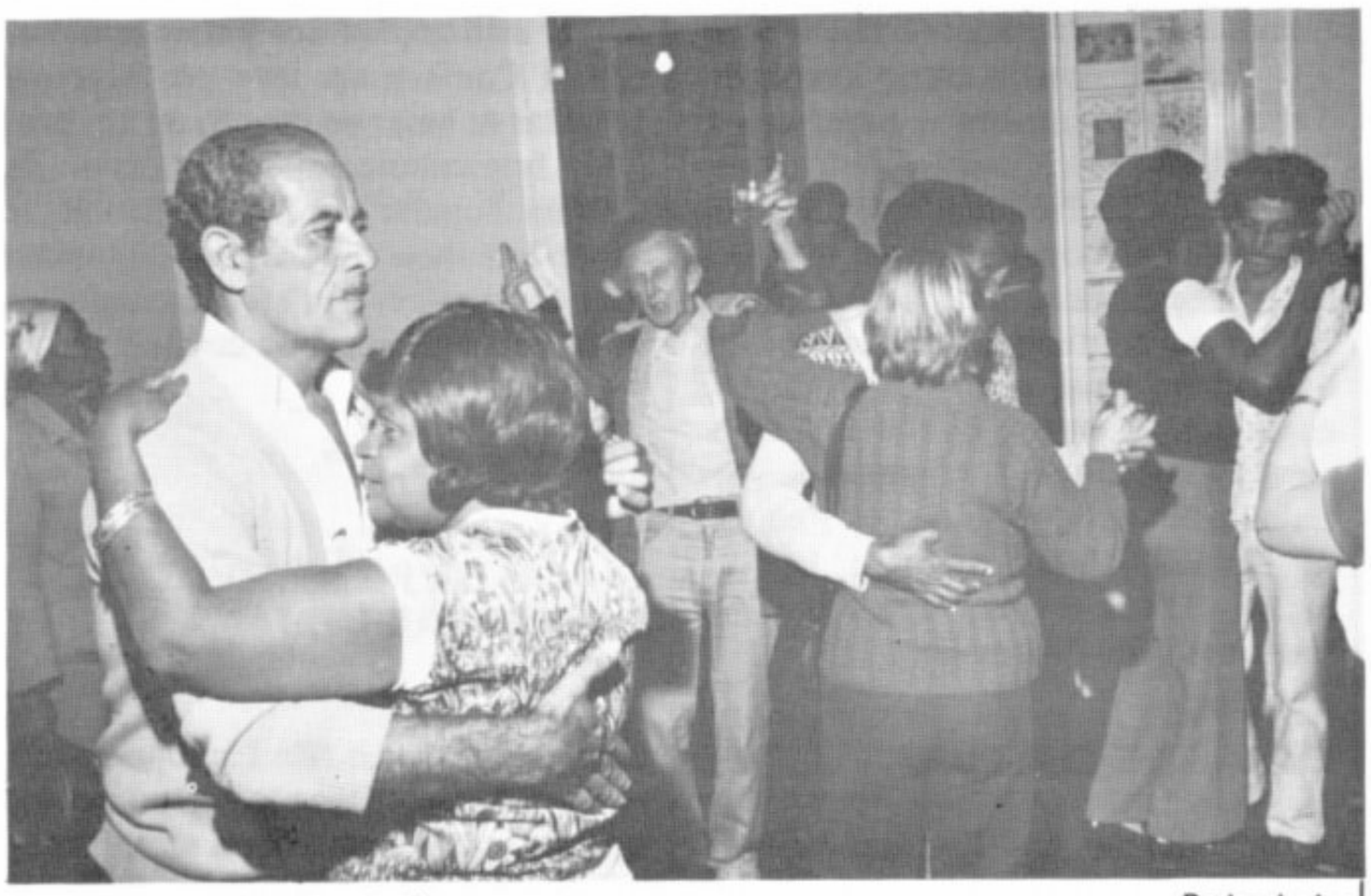
Terminou em festa, onde não faltou nem mesmo um animado baile, a solenidade promovida pela APPANDE (Associação Amigos de Petrópolis, Patrimônio e Defesa da Ecologia) para marcar a assinatura de convênio com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), através do qual 19 associados da APPANDE foram credenciados na função de Agentes Florestais.

Ao ressaltar a importância do convênio – o primeiro no seu gênero no País – Presidente do IBDF, Sr. Carlos Neves Galluf, disse que a iniciativa representa um importante passo para a preservação de Petrópolis, "pois ninguém melhor que os próprios representantes da comunidade poderá cuidar do patrimônio comum".

A solenidade foi realizada na casa 185 da Praça da Liberdade, no último dia 9 de maio, com a presença de grande número de populares, muitos dos quais signatários do abaixo-assinado encaminhado ao governo, pedindo o tombamento da Praça da Liberdade e de áreas circunvizinhas, o que foi aprovado pelo Conselho Consultivo da SPHAN em reunião realizada no dia 22 de abril.

Antes da assinatura do convênio houve apresentação da Banda Marcial do Centro de Ensino Integrado de Petrópolis e queima de fogos. A presidente da APPANDE, Sra. Fernanda Colagrossi, agradeceu à SPHAN as medidas tomadas para a preservação de Petrópolis e, no momento da assinatura do convênio, reafirmou a disposição da entidade que preside em continuar lutando para evitar a descaracterização da cidade.

A casa onde se realizou a solenidade estava ameaçada de demolição e tem hoje como única moradora a Sra. Thereze Reimus, anfitriã dos que compareceram à festa. Depois de assinado o convênio e feita a entrega das carteiras de identificação aos novos agentes florestais, houve a apresentação do conjunto regional da União dos Aposentados de Petrópolis, tendo início, então o baile que se extendeu até tarde da noite.



Depois da solenidade, o baile

Pedro Lobo

## CONFERÊNCIAS DA OEA DEBATEM EDUCAÇÃO E CASAS DE CULTURA

Duas importantes conferências promovidas pela OEA–Organização dos Estados Americanos foram realizadas no mês de maio, reunindo especialistas de diversos países. Em La Paz, a "I Conferência Interamericana sobre Casas de Cultura Popular" conseguiu estabelecer os princípios para a criação de um sistema interamericano de centros comunitários de promoção cultural. No Panamá, a reunião sobre "Necessidades e Perspectivas Educacionais para a América Latina e o Caribe na década de 80" gerou um documento que servirá de base para a próxima reunião do Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura.

## PANAMÁ: EDUCAÇÃO NOS ANOS 80

Entre os dias 5 e 9 de maio passado realizou-se, na cidade do Panamá, a reunião sobre as "Necessidades e Perspectivas Educacionais para a América Latina e Caribe na Década de 80". O encontro, organizado pela OEA na sede do Instituto Centro-Americano de Administração e Supervisão da Educação (Universidade do Panamá), contou com a presença de 41 especialistas da região, entre eles o consultor da Fundação Nacional Pró-Memória Fausto Alvim Júnior.

Quatro painéis foram realizados, sobre os seguintes temas: "A educação no contexto do desenvolvimento integrado da América Latina", "Alguns problemas globais de educação que afetarão o desenvolvimento dos sistemas da região", "Linhas de ação para a década de 1980" e "As linhas de ação e a cooperação técnica internacional". Os debates conduziram a diversas sugestões de importância para a ação futura da OEA.

Um dos assuntos mais debatidos foi a introdução de valores culturais próprios nos sistemas de ensino e o papel destes como propiciadores de um desenvolvimento econômico e sócio-cultural integrado. Assinalou-se que a redefinição de algumas metas do processo educativo parece colocar-se como indispensável – visto mesmo uma possível inexeqüibilidade de metas quantitativas clássicas – e que mudanças qualitativas em tal processo seriam necessárias para a consecução dos novos objetivos. Um dos pré-requisitos para esse gênero de reformulação seria o estudo e a revalorização de todo um variado patrimônio cultural da América Latina e do Caribe, muitas vezes desprezado ou diluído na sistemática da moderna educação formal.

Dentro deste quadro, o projeto "Cultura e Educação", da Fundação

Nacional Pró-Memória (IPHAN 5, p. 13), foi apresentado como ilustração. Também se comentou o papel que as tecnologias patrimoniais, outro foco de atenção da Pró-Memória, poderiam desempenhar como estímulo a experiências pedagógicas.

Da conferência resultou um documento final que será levado em conta pelo Secretariado Geral da Organização dos Estados Americanos para elaboração da agenda da XI Reunião do Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura, a realizar-se brevemente na Colômbia.

## LA PAZ: CASAS DE CULTURA

A Organização dos Estados Americanos, através de seu Departamento de Assuntos Culturais, realizou a Primeira Conferência Interamericana sobre "Casas de Cultura Popular". A reunião foi na "Casa de Cultura Franz Tamayo", em La Paz, Bolívia, de 19 a 24 de maio, contando com o apoio do Instituto Boliviano de Cultura.

Compareceram especialistas de onze países latino-americanos, sendo que do Brasil estavam presentes o Diretor-Executivo da Fundação Cultural do Estado da Bahia, Geraldo Magalhães Machado, e Roberto Moreira, da SPHAN–Pró-Memória.

A Conferência destinava-se, entre outras coisas, a promover o intercâmbio de experiências entre especialistas em administração de redes nacionais de "Casas de Cultura Popular", bem como discutir e analisar o desenvolvimento dessas redes como estratégia alternativa para o desenvolvimento cultural da América Latina e do Caribe.

Buscou-se ainda elaborar um guia técnico para a criação de redes nacionais de "Casas de Cultura Popular", contendo pautas gerais para a criação de uma "casa de cultura" e normas para sua organização e administração. Através de exposições dos participantes e dos debates nos grupos de trabalho foram considerados ainda os diversos projetos e atividades que utilizam como foco de ação as "casas de cultura popular", entendendo-se, sob este nome, os mais diversos tipos de centros comunitários de trabalho cultural.

Além de permitir uma comparação do que atualmente se faz em diferentes instituições dos países americanos, a Conferência teve por objetivo preparar as bases de criação de um projeto interamericano de "Casas de Cultura Popular", a fim de fortalecer a infraestrutura das mesmas e também para desenvolver projetos coordenados de promoção e pesquisa cultural.

## SÃO PAULO: PLANO DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL URBANA

Uma cidade como São Paulo, pelo seu rápido e desordenado crescimento, tende a ver desaparecerem seus valores culturais mais antigos, se medidas urgentes não são tomadas pelos organismos encarregados de sua preservação. Neste sentido, a COGEP – Coordenadoria Geral de Planejamento da Prefeitura Municipal iniciou, em 1975, a implantação das chamadas Z8-200, zonas especiais visando a preservação de imóveis de caráter histórico ou de excepcional valor artístico, cultural ou paisagístico.

Agora, o CONDEPHAAT–Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado, se propõe a patrocinar o prosseguimento desse trabalho, para o que convidou a COGEP e o Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal para participarem na organização de uma equipe mista, de cujas atividades deverá resultar uma legislação de preservação ambiental urbana de São Paulo.

A intenção é fazer levantamentos em todo o município, para identificar áreas de valor histórico e arquitetônico, bem como áreas de ocupação urbanística característica, de interesse paisagístico ou de qualidade ambiental.

Em seguida, seriam èstudadas e propostas medidas de preservação e valorização desses imóveis e áreas. Essas propostas seriam divulgadas e debatidas com a população, a fim de que o projeto resultante seja assumido, defendido e efetivamente implantado.

Essa proposta de trabalho foi objeto de uma discussão preliminar, da qual participaram os técnicos Carlos Lemos, Benedito Toledo, Carla Milano e Liliana Marsicano, além de técnicos da SPHAN, ligados à problemática de uso do solo e patrimônio. A discussão visou basicamente recolher elementos para enfrentar a questão de uso do solo urbano em áreas de interesse ambiental, tendo sido examinados os resultados obtidos com a aplicação da lei das Z8-200 na Zona Central da cidade, as questões jurídicas geradas pela sua aplicação, a importância de informar a opinião pública para efetiva aplicação da legislação e outros itens relacionados com o tema.

## PRESIDENTE DO ICOMOS VISITA O BRASIL

O presidente do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), Sr. Raymond Lemaire, esteve no Brasil no último mês de junho, onde manteve contatos com autoridades e técnicos da área de preservação do patrimônio cultural. Em Recife, onde permaneceu uma semana, o Sr. Raymond Lemaire tratou com representantes do governo pernambucano da possibilidade de obtenção de auxílio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/UNESCO) visando a instalação naquele Estado de um laboratório de restauração de bens culturais.

Durante a sua estada de três dias em Brasília, o Sr. Raymond Lemaire, além de outros contatos, reuniu-se com o Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Professor Aloísio Magalhães, e com outros dirigentes da instituição, procurando, como ele próprio definiu, "estreitar ainda mais as relações do ICOMOS com as instituições brasileiras que cuidam da preservação do patrimônio cultural".

Em seguida, o Sr. Raymond Lemaire viajou para o Rio de Janeiro para participar de uma reunião informal do Comitê Brasileiro do ICOMOS, que é presidido pelo arquiteto Augusto da Silva Telles, diretor da Divisão de Conservação e Restauração da SPHAN. Durante a reunião, o presidente do ICOMOS falou sobre a importância do Colóquio sobre Revitalização dos Centros Históricos e Participação da Comunidade que o Comitê brasileiro fará realizar em Salvador nos dias 14/15/16 e 17 de julho.

# LIVROS E TESES

*Sobre política cultural na América Latina*. SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória/ Universidade Federal de Ouro Preto/OEA. Ouro Preto, 1979.

Registramos o surgimento desta publicação que trata do "Primeiro Seminário Interamericano sobre Políticas Culturais" e do "Terceiro Curso Interamericano de Administração Cultural: Política e Gerência", reproduzindo alguns dos principais trabalhos apresentados nestes dois eventos.

O Seminário foi realizado na cidade de Aspen, Colorado, EUA, de 20 a 23 de agosto de 1978, com patrocínio do Instituto Aspen de Estudos Humanistas e da Organização dos Estados Americanos. Dele, a publicação apresenta trabalhos de Alejandro Orfila, Rogério F. Pinto, Denis Goulet, Eduardo Terrazas, Rex Nettleford, Aloísio Magalhães, Leopoldo Solis e Jorge Sabato.

O Curso realizou-se de outubro a dezembro de 1978, em Brasília, sob coordenação do então CNRC e da OEA, com o apoio da SEPLAN-PR, do FNDE, Universidade de Brasília, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Educação e Cultura. A publicação apresenta documentos do curso e trabalhos de Manuel Zapata, Pedro Demo e Edgar Alfonso Montoya.

A publicação se fez através da Universidade Federal de Ouro Preto, graças ao convênio existente com a SPHAN, desde fevereiro de 1979, para a consolidação e revitalização do patrimônio cultural daquela cidade e também tendo em vista a proposta de realização de um novo programa, no final deste ano de 1980, na área de administração cultural, ainda uma vez com a OEA e agora também com o Instituto Boliviano de Cultura.

---

MACEDO, Francisco Riopardense de – *O solar do almirante, história pela arquitetura*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/IEL, 1980.

Em 1978 a FUNARTE abriu concurso sobre o patrimônio histórico brasileiro, tendo a ele concorrido o professor Francisco Riopardense de Macedo, com esta análise de um sobradão colonial da cidade de Rio Pardo. Foi classificado em primeiro lugar.

O autor já publicara, em 1972, outro trabalho analisando peça arquitetônica daquela cidade gaúcha, onde analisava a criação da capela de São Francisco de Assis e o romance de sua existência, desenvolvendo-se ao sabor da evolução da comunidade que lhe deu origem e da cidade que lhe constitui a paisagem.

Neste *O solar do almirante* seguiu esquema similar mas, como se trata de uma residência, o desenvolvimento se faz em função das necessidades da família que lhe deu origem e das exigências coletivas expressas pela seqüência dos códigos de construção e inseridas nos códigos de postura. Também neste trabalho a arquitetura é vista nas suas relações com a malha urbana, com as facilidades e dificuldades da administração da cidade e dos recursos postos à disposição do construtor.

*O solar do almirante* é sobretudo um livro didático, sem ficar nas formulações teóricas mais gerais. A importância da história, da genealogia, da evolução urbana, no estudo de uma peça arquitetônica, estão sempre presentes, e sua aplicação no caso daquela unidade construída, o leitor facilmente transferirá para qualquer outra, com a vantagem da experiência revelada na aplicação prática.

---

OLIVEIRA, Ana Gita de – *Mobilidade Maku: aculturação?*, dissertação de graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Departamento de Ciências Sociais, dezembro de 1976.

Ana Gita de Oliveira, ao terminar seu curso de graduação em Antropologia, na Universidade de Brasília, apresentou este interessante estudo sobre as características de mobilidade encontráveis entre os índios Maku. Segundo ela, "a hipótese de que os Maku são os remanescentes originais dos primeiros habitantes da Amazônia é antiga. McGovern, em trabalho de 1927, dizia que tribos mais evoluídas, como os Aruakes, Karibes e Betoya foram invasores que chegaram à região do alto rio Negro mais tarde. Junto ao processo de invasão houve o retraimento dos Maku para o centro da floresta".

Assim é que o nome Maku ou Pogsá era e ainda é usado por estas tribos invasoras para designar aqueles povos selvagens, localizados entre os rios Negro e Japurá e, desde então, os Maku são vistos pelas tribos vizinhas como "semi-gente". Segundo a pesquisa, toda a relação existente entre os Maku e as tribos ribeirinhas parece estar condicionada segundo este princípio.

Os Maku, à diferença de seus vizinhos, podem ser caracterizados, superficialmente, como caçadores e coletores. Organizam-se em bandos de no máximo 35 pessoas (à excessão de aldeias que vêm sofrendo a interferência direta e constante da missão salesiana) e possuem uma mobilidade muito grande, ao contrário dos índios ribeirinhos, agricultores e sedentários.

Ana Gita afirma que "esta mobilidade Maku está estreitamente vinculada a fatores tais como movimentos de grupos domésticos ou grupos locais de caráter temporário, nos quais não se verificam mudanças de casas e roças, mas também movimentos que implicam em mudanças de sítios, construção de novas casas e roças".

Buscando as causas da mobilidade dos Maku, a pesquisadora assinala que "ela não deve ser percebida e atribuída a fatores isolados. Ao contrário, na maioria das vezes ocorre uma combinação de eventos que levam um grupo doméstico ou mesmo um grupo local inteiro a abandonar sua aldeia e se estabelecer em outro sítio. Por exemplo, a busca de um melhor território de caça pode vir associado a fricções políticas ou sociais com outros membros do grupo local ou com o índio do rio".

Segundo Ana Gita, o que parece interessante no estudo da mobilidade Maku é o fato dela consistir na resolução de processos econômicos, sociais e políticos, seja por influência de fatores internos ao grupo local, seja por fatores derivados da situação inter-tribal, seja por fatores exógenos como a pressão exercida por missionários.

Atualmente, a antropóloga prossegue estudando os grupos indígenas da mesma região, abordando o aspecto do contato, e suas conseqüências, entre brancos e índios. Este novo trabalho, que será sua tese de mestrado na mesma universidade, deverá estar concluído até o final do ano.

---

TELLES, Augusto Carlos da Silva – *Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil*. MEC/FENAME, 1975, 2a. ed.

Em 1975, quando foi lançado, o *Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil* despertou grande interesse entre todos aqueles que, profissionalmente ou não, se interessam pelo patrimônio cultural brasileiro. A edição encontra-se esgotada já há algum tempo. Por isso, e por todas as qualidades da obra, é extremamente oportuno este lançamento de uma segunda edição.

O autor do trabalho, professor e arquiteto Augusto da Silva Telles, é Diretor da Divisão de Conservação e Restauração da SPHAN e, seguramente, um dos mais abalizados conhecedores da arquitetura brasileira. O *Atlas* não pretende ser um inventário de todo o acervo desta arquitetura, mas, percorrendo-a ao longo da história, acaba constituindo-se num valioso guia para quem deseja conhecê-la de perto.

Dividido em nove unidades, o livro cobre todo o território nacional e dedica uma parte exclusivamente à arquitetura contemporânea. O leitor tem assim um panorama completo, onde se aliam a profundidade e clareza do texto de Silva Telles com a riqueza de fotografias e esquemas ilustrativos.

Assinale-se ainda a qualidade gráfica do livro e sua correção técnica, que inclui índice dos monumentos citados, das fotos, dos mapas e dos esquemas, glossário, bibliografia, legendas e tudo o mais que faz do *Atlas* também uma obra de caráter didático, numa área onde a bibliografia é escassa.

Enfim, a obra cumpre aquele que parece ser seu objetivo maior, qual seja, nas palavras do próprio autor: "Através de um conhecimento mais amplo do acervo arquitetônico de valor histórico e artístico que, ao longo de todo o território pátrio, foi sendo edificado pelas muitas gerações que nos precederam, e da análise e do estudo de seu relacionamento com a colonização e o desenvolvimento físico, econômico, social e cultural do Brasil, poder-se-á obter um maior interesse pela salvaguarda e proteção deste mesmo precioso acervo e, bem assim, melhor e maior compreensão e amor de nossa pátria, num sentido global, de território, do povo, com suas realizações materiais e culturais, e de seu sentido espiritual".

# CARTAS

**MADEIRA–MAMORÉ**

"Li recentemente no Boletim IPHAN nº 4 uma nota muito interessante sobre a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, inclusive fazendo referência a cópias de pareceres de juristas (...) Estando no momento desenvolvendo uma pesquisa de caráter histórico sobre as relações de direito comercial no Brasil e o processo de desenvolvimento econômico, teria muito interesse em ter cópia dos referidos pareceres..."
Alberto Venâncio Filho – Rio de Janeiro – RJ.

*NR – Encaminhamos seu pedido ao Coordenador do Projeto "Estrada de Ferro Madeira-Mamoré", que está providenciando. Gostaríamos de nos manter informados sobre o andamento de sua pesquisa.*

**GOIÁS**

"... A implantação de um Centro Experimental de Cultura e Educação, em Ouro Preto, que, entre outras atividades, desenvolverá estudos na área de geologia e geotécnica visando corrigir os problemas de deslizamento de terra ocorridos na cidade, a solução para a questão do tráfego, livrando Ouro Preto do trânsito de veículos pesados, a reativação de seu Jardim Botânico e ainda o pedido junto à UNESCO, de inscrição de Ouro Preto como Monumento Mundial, são iniciativas ricas e valiosas, que contribuirão eficazmente para a preservação do patrimônio histórico nacional. Quero mencionar também, que através da leitura do Boletim, tomei conhecimento das realizações do Programa de Cidades Históricas, cujo objetivo geral é a preservação e a revitalização do patrimônio cultural, e onde projetos de recuperação já executados, atingem a cifra de 143, entre eles de Pelourinho, Parati, Olinda, Mariana e Ouro Preto.

É também digno de nota o projeto Indústrias Familiares dos Imigrantes, desenvolvido em Orleans, Santa Catarina, como contribuição ao Programa História da Tecnologia e da Ciência no Brasil, desenvolvido pelo Centro Nacional de Referência Cultural.

Dentre as NOTÍCIAS, para mim, a mais alvissareira, pelo fato de ser goiana e admiradora da sua Cultura e artes foi a que fala sobre a experiência de trabalho conjunto do IPHAN, PCH e CNRC, na cidade de Goiás, onde estão sendo levantados dados sobre a região e elaborado plano de atuação para a preservação e revitalização dos bens culturais locais, com a participação da comunidade. Passei toda a minha adolescência e parte da infância naquela cidade e cada vez que ali retorno sinto-me tomada de viva emoção diante daquele monumento vivo da história e do seu aspecto colonial muito pitoresco, ao pé da Serra Dourada que parece estar ali como sentinela protetora da cidade que viu pisar o seu calçamento de pedras irregulares, gerações de intelectuais, de nobres, de escravos e de operários, e que ali edificaram seus monumentos.

Todo esse acervo histórico está ameaçado de ruir por falta de proteção dos poderes públicos e entregue a sanha de malfeitores e desavisados que não têm o senso do belo e nem do amor cívico por todo aquele rico patrimônio, que lhes foi legado por gerações passadas..."
Maria Cavalcante Martinelli – Goiânia – GO.

*NR – A SPHAN e a Fundação Nacional Pró-Memória – órgãos que agora congregam os antigos IPHAN, PCH e CNRC – contam, agora, no Projeto Goiás, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU, Empresa Brasileira de Transportes Urbanos – EBTU, GOIASTUR, SUPLAN-GO, SANEAGO, CELG, TELEGOIÁS, Superintendência de Planejamento do Estado de Goiás, Fundação Cultural do Estado de Goiás e Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional – INDUR.*
*Neste sentido, o Grupo de Acompanhamento (vide IPHAN 4) do referido Projeto, integrado por representantes de todas as entidades acima citadas, esteve reunido em Goiás, nos dias 10 e 11 de abril, oportunidade em que reafirmou seu apoio à municipalidade e à comunidade, no que se fizer necessário.*

**TRANÇADO**

"... À página 14 (IPHAN 2) encontrei referência ao trabalho "Regularidade do Trançado Entrecruzado em Diagonal", apresentado por uma equipe do CNRC num simpósio que se realizou em São Carlos. O tema me interessa de maneira especial e se liga a um curso que pretendo dar no próximo semestre na Universidade de São Paulo. Não seria possível obter uma cópia da comunicação?..."
Prof. Dr. Egon Schaden – São Paulo – SP.

*NR – O trabalho já foi remetido através da ECT. Gostaríamos de receber informações a respeito de seu curso, visando uma troca de informações sobre o assunto.*

Cartas para: Fundação Nacional Pró-Memória, Programa de Comunicação, Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K – 70.710 – Brasília, DF.
Por motivos de espaço, as cartas podem ser publicadas resumidamente.